

Sumário

Capítulo 1 ▶ CONCEITO DE FAZENDA PÚBLICA	15
Capítulo 2 ▶ A POSITIVAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	19
Capítulo 3 ▶ RAZÕES JUSTIFICADORAS DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS ATRIBUÍDAS À FAZENDA PÚBLICA.....	25
Capítulo 4 ▶ PRAZOS DIFERENCIADOS.....	29
Capítulo 5 ▶ INTIMAÇÃO PESSOAL	37
Capítulo 6 ▶ FAZENDA PÚBLICA ENQUANTO SUJEITO DO PROCESSO.....	43
Capítulo 7 ▶ PRESCRIÇÃO NAS DEMANDAS ENVOLVENDO OS ENTES PÚBLICOS	49
Capítulo 8 ▶ HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NAS DEMANDAS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO	57
Capítulo 9 ▶ INTERVENÇÃO ANÔMALA DA LEI 9.469/97.....	65
Capítulo 10 ▶ TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	69
Capítulo 11 ▶ MULTAS E MEDIDAS ATÍPICAS NAS CAUSAS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	79
11.1. Multas	79
11.2. Medidas Atípicas.....	80
11.2.1. Penhora sobre bens públicos.....	82
11.2.2. Prisão de agentes públicos	83
11.2.3. Suspensão e cancelamento de eventos públicos	85
11.2.4. Bloqueio ou sequestro de verbas públicas	86
11.2.5. Bloqueio do recebimento de créditos de outros entes ou de particulares.....	86
11.2.6. Suspensão do fornecimento de energia elétrica de órgãos e agentes públicos.....	87
11.2.7. Suspensão do pagamento dos vencimentos dos agentes públicos....	87
Capítulo 12 ▶ REMESSA NECESSÁRIA	91
Capítulo 13 ▶ PRECEDENTES E FAZENDA PÚBLICA.....	99
Capítulo 14 ▶ A ATUAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NO JULGAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS	103
Capítulo 15 ▶ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	109
Capítulo 16 ▶ EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	117
16.1. Procedimento	117
16.2. Embargos do devedor opostos pela Fazenda Pública na execução de títulos extrajudiciais	118
Capítulo 17 ▶ PRECATÓRIO E REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR	125
17.1. Precatório	125
17.2. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR.....	129

Capítulo 18 ▶ EXECUÇÃO FISCAL.....	137
18.1. Conceito e Legitimidade	137
18.2. Certidão de Dívida Ativa.....	139
18.3. Competência	139
18.4. Petição Inicial, Citação e Penhora.....	140
18.5. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e Execução Fiscal	142
18.6. Os embargos do devedor na execução fiscal.....	145
18.7. Exceção de pré-executividade	147
18.8. O leilão na execução fiscal.....	147
18.9. A Prescrição nas Execuções Fiscais	148
18.10. Recursos nas execuções fiscais	150
18.11. Requerimento de falência após o insucesso da execução fiscal	151
Capítulo 19 ▶ FAZENDA PÚBLICA E AÇÃO MONITÓRIA	159
Capítulo 20 ▶ FAZENDA PÚBLICA E DESAPROPRIAÇÃO.....	167
20.1. Arcabouço normativo da desapropriação	167
20.2. Declaração expropriatória	169
20.3. Procedimento judicial.....	170
Capítulo 21 ▶ A ATUAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DE INVENTÁRIO E PARTILHA	177
Capítulo 22 ▶ MANDADO DE SEGURANÇA.....	181
Capítulo 23 ▶ AÇÃO POPULAR	189
Capítulo 24 ▶ AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	195
Capítulo 25 ▶ SUSPENSÃO DE LIMINAR, DE TUTELA ANTECIPADA E DE SEGURANÇA	203
Capítulo 26 ▶ NEGÓCIOS PROCESSUAIS ENVOLVENDO O PODER PÚBLICO	211
Capítulo 27 ▶ TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	217
Capítulo 28 ▶ AUTOCOMPOSIÇÃO E FAZENDA PÚBLICA.....	225
Capítulo 29 ▶ ARBITRAGEM E FAZENDA PÚBLICA.....	235
Capítulo 30 ▶ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	241
Capítulo 31 ▶ JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	245
31.1. Origem.....	245
31.2. Competência	246
31.3. Partes e Procuradores.....	247
31.4. Citação, resposta e tutela provisória	247
31.5. Meios de impugnação às decisões judiciais.....	248
31.6. Execução	250
Capítulo 32 ▶ JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	257
32.1. Origem.....	257
32.2. Competência	257
32.3. Partes e Procuradores.....	258
32.4. Citação, resposta e tutela provisória	259
32.5. Meios de impugnação às decisões judiciais.....	259
32.6. Execução	260

Capítulo 33 ▶ REFLEXOS DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO EM JUÍZO	271
Capítulo 34 ▶ GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	277
Capítulo 35 ▶ COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL ENTRE A ADVOCACIA PÚBLICA E O PODER JUDICIÁRIO	285
35.1. Cooperação interinstitucional e racionalização da litigiosidade estatal	285
35.2. Protocolos institucionais e governança processual.....	286
35.3. Cooperação interinstitucional e gestão de precedentes	286
35.4. Experiências práticas de cooperação interinstitucional.....	287
Capítulo 36 ▶ PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO	289
36.1. Precedentes administrativos e coerência da atuação estatal.....	289
36.2. Vinculação e superação dos precedentes administrativos.....	290
36.3. Precedentes administrativos e atuação contenciosa do poder público	290
36.4. Precedentes administrativos e o sistema processual.....	291
36.5. Procedimentalização, transparência e legitimidade	291
Referências.....	293